NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 30/04/2015 - Edição 1263

Vitória dos Vigilantes:

TRT-RN reconhece legalidade da greve e garante tíquete refeição

Mobilização da categoria garantiu tíquete refeição, que antes não existia.

Três dias de greve dos vigilantes patrimoniais do Rio Grande do Norte foram suficientes para arrancar 7,5% de reajuste salarial – o piso agora vai para R$ 1. 104,06. O dissídio coletivo julgado nesta quarta-feira (29) garantiu também vitórias ainda mais importantes do que o aumento. Além de a paralisação ter sido declarada legal e do reconhecimento da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) no processo, agora a categoria conta com tíquete alimentação de R$ 13,00 por dia trabalhado - antes, eles não recebiam este benefício.

A diferença do retroativo a fevereiro já deve ser paga no próximo mês. A decisão do TRT-RN é de que as empresas paguem em três parcelas.

"Essa vitória é de todos os vigilantes do Rio Grande do Norte, que foram à luta sem medo e fizeram três dias de greve porque acreditaram que podiam garantir o reajuste salarial e, principalmente, o vale alimentação. Então, essa grande vitória é a nossa resposta para os pessimistas que torceram para que não desse certo", declarou o coordenador geral do Sindsegur-RN, Francisco Benedito (Bené).

Para o presidente da CNTV, José Boaventura, a legalidade da greve e o tíquete alimentação são as conquistas mais emblemáticas. "Além disso, é preciso destacar a importância do papel do Sindsegur-RN e da CNTV no trabalho conjunto em defesa da categoria, com o sindicato fazendo a articulação, mobilização e liderança da greve e a CNTV ajudando em todo o processo político", afirmou.

São parcerias como esta que faz com que os trabalhadores avancem. "Este é o modelo de confederação que se diferencia daqueles que pensam que a entidade é somente uma instância de cúpula, onde só federações participam, não reconhecem a necessidade de dialogar diretamente com sindicatos e trabalhadores na base", completou.

CNTV é reconhecida como parte legítima

Representada pelo seu secretário de Finanças e pelo seu assessor jurídico, Jervalino Bispo e Dr. Jonas Duarte, a CNTV foi mantida como parte legítima e garantiu o julgamento favorável aos trabalhadores. Como ainda não possui registro sindical, o Sindsegur-RN não foi considerado formalmente como parte legítima e, por isso, foi o processo em relação à entidade foi extinto.

Para Bispo, a decisão é uma vitória para os vigilantes do RN e de todo o país. "O reconhecimento no Tribunal só testifica aquilo que já sabíamos: a greve é legal, direito dos trabalhadores, e foi feita seguindo o que a lei prevê. Vigilantes do Brasil têm motivos para comemorar", avaliou.

O relator do dissídio coletivo foi o desembargador Ricardo Espíndola Borges, tendo como revisor o desembargador Bento Herculano Duarte Neto.

Uma assembleia está agendada para quarta-feira (6), em horário e local a ser definido, para discutir os desdobramentos da decisão no TRT-RN. A CNTV parabeniza os vigilantes patrimoniais do RN e as lideranças do Sindsegur-RN por esta grande vitória.

Fonte: CNTV

Escudo demite 70 vigilantes e faz ameaças para conseguir acordo

Após demitir, em março, 70 vigilantes que prestavam serviço para a Metrobus, em Goiânia (GO), a Escudo Vigilância ainda não pagou as verbas rescisórias. Hoje completam 55 dias do desligamento e a empresa vem ameaçando os trabalhadores a aceitarem um acordo absurdo: R$ 1 mil pagos agora e o restante "quando der", segundo o diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Márcio José de Brito. Caso não aceitem, os empresários ameaçam fazer as contas e efetuar pagamentos na sede da Escudo, sem ir ao Sindicato ou ao Ministério do Trabalho.

O imbróglio teve início quando a empresa, ciente que o Sindvig-GO estava com as portas fechadas por decisão judicial, marcou para que as homologações fossem feitas lá. Brito procurou a Superintendência Regional do Trabalho e acertou que o processo deveria ser realizado naquele local. Acontece que, cheia de má fé, a Escudo deu baixa em 30 carteiras de trabalho, mas não efetuou o pagamento.

A alegação é que o Governo do Estado de Goiás ainda não pagou a fatura referente a este contrato, com valor de R$ 564 mil.

A CNTV vem acompanhando o caso e já denunciou toda a situação ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Segundo Brito, a empresa já tem histórico de descumprir suas promessas. "O que nós queremos é que ela honre seus compromissos e respeite os trabalhadores que lhe deram tanto lucro", concluiu.

Fonte: CNTV

CNTV condena violência do governo tucano Beto Richa e se solidariza aos professores do PR

Polícia usou cachorros para atacar os professores. Cinegrafista da Band foi mordido por pitbull.

Em véspera do Dia do Trabalhador o governador do Paraná, Beto Richa, decidiu reviver os tempos de ditadura militar e lançou mão da violência para coibir a manifestação pacífica dos professores do Estado. Incapaz de dialogar, o tucano investiu na Tropa de Choque e suas bombas de efeito moral, gás lacrimogênio, gás de pimenta e até cachorros para calar a categoria.

Os professores tentavam entrar na Assembleia Legislativa para acompanhar as sessões de votação de um projeto do governo que mexe no fundo de previdência dos servidores públicos, mas foram impedidos com ataques brutais a mando de Richa e do presidente da Casa, deputado Ademar Traiano, também do PSDB.

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) preza pelo diálogo e condena quaisquer tipos de violência. Atos como os adotados pelo governador do Paraná envergonham a classe trabalhadora brasileira e a democracia, grande conquista de todo o povo.

Aos professores do Estado, fica a solidariedade de toda a diretoria da CNTV e dos vigilantes do Brasil.

Fonte: CNTV

1º de Maio, terceirização e compromisso com os trabalhadores e com o Brasil

Secretário de Organização da CUT, Jacy Afonso de Melo, condena aprovação do PL 4330 e chama classe trabalhadora para a luta.

A evolução das relações sociais apontam que a terceirização adequa a força de trabalho, fonte de criação de riquezas, aos interesses do mercado e ao fomento da lucratividade das empresas. Potencializa a desigualdade social e fragiliza os trabalhadores.

Aprovado pela Câmara dos Deputados com truculência, apesar da resistência de organizações sociais e de trabalhadores lideradas pela CUT, ao retirar os freios colocados para a contratação de terceirizados, o PL 4330 libera-a também para as atividades fins, mercantilizando ainda mais o trabalho humano e fragmentando profundamente os rotos laços de solidariedade do processo civilizatório. A ampliação da terceirização é mais um item do retrocesso social escancarado no Brasil após as eleições de 2014, quando o conservadorismo fez crescer suas garras na sociedade brasileira.

O debate sobre a terceirização tem sido apresentado somente como uma disputa entre trabalhadores e empresários. Evidentemente que é fundamental o destaque de que a terceirização ampla e sem critério implica em maior degradação do nível de relacionamento entre empregado e empregador, desestruturando as categorias e enfraquecendo o movimento sindical. O terceirizado, além de receber salários inferiores, é o maior afetado por doenças e acidentes de trabalho, não se identifica com as categorias profissionais da empresa tomadora de serviços e tampouco com os da empresa empregadora, que nem sempre tem um ramo de especialidade, simplesmente fornecendo mão-de-obra. Essa situação mercantiliza o trabalho e desconsidera as relações do processo civilizatório jogando a todos na selva do salve-se quem puder.

A maioria das pessoas assiste ao debate, como se não lhe dissesse respeito. Parece que não se sente desconfortável com o fato de que uma parcela significativa de trabalhadores e trabalhadoras está à mercê de explorações descabidas. Aparentemente, nem sequer percebe a possibilidade de ser atingido pelo processo terceirizador.

Infelizmente, a maior parte da população que exerce seu direito de voto não se vê como coautora do processo desrespeitoso e abusivo estabelecido na Câmara dos Deputados. É comum que ainda hoje muitos votem em pessoas e por outras motivações outras que não o compromisso solidário de escolher represenantes que defendem o interesse da maioria e não os de grupos específicos que, em geral, não veem os iguais seres humanos como merecedores de direitos. Achamos absurda a escravização de trabalhadoras e trabalhadores, mas não conseguimos associar que aqueles que defendem a terceirização representam segmentos que tiveram suas campanhas eleitorais financiadas por empresas que mantêm trabalho escravo. Coincidência? Claro que não! Pesquisas do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp apontam que 90% dos trabalhadores resgatados do trabalho escravo eram terceirizados.

Consequências da terceirização atingem toda a sociedade

As consequências da terceirização sem limites também serão sentidas em todo o lastro social.

Na economia, a diminuição do poder aquisitivo de um número muito maior de trabalhadores terceirizados, reduz a capacidade de compra e provoca a contração no ciclo econômico, o fechamento de postos de trabalho e o desemprego. O aumento dos acidentes de trabalho impulsiona o número de benefícios previdenciários que são resultados solidários da contribuição de todos nós.

Os direitos sociais serão atingidos frontalmente. Com a diminuição da massa salarial e os possíveis impactos nos programas sociais, as desigualdades e a discriminação serão aprofundadas, violando os direitos fundamentais e o princípio constitucional de que todos somos iguais.

No âmbito sindical, longe de resolver a questão da sua estrutura, a terceirização sem controle levará ao esfacelamento das representações. Afinal, a atividade da empregadora é fornecer mão-de-obra e os trabalhadores podem estar cada dia em uma tomadora de serviços diferente, inseridos em locais de trabalho distintos, convivendo com categorias diferenciadas e, portanto, sem identificação com o segmento econômico da empresa-cliente.

No campo público, terceirizar a atividade fim impacta na alocação de servidores, ampliando as possibilidades da contratação sem concurso público, conquista da cidadania contra o clientelismo e o nepotismo. Retira significativamente a transparência da gestão da administração pública.

Na educação, os efeitos da terceirização são sentidos há algum tempo. À medida que serviços como segurança, limpeza e alimentação passaram a ser realizados por terceiros, as preocupações aumentaram. A educação é responsabilidade de todos os que fazem parte do ambiente escolar. As relações estabelecidas com merendeiras, com o pessoal da limpeza e com os vigilantes também educam. A inclusão de empresas terceirizadas, com constante rotatividade de trabalhadores e trabalhadoras, não permite a criação de vínculos com os estudantes e gera insegurança, pois pessoas desconhecidas das crianças e que as desconhecem entram e saem constantemente do ambiente escolar. Pergunta-se: com a possibilidade de terceirizar todos os setores, os professores e professoras também serão substituídos sempre que for do interesse das empresas? Como fica o processo educativo diante de tantas incertezas?

A terceirização de atividades com finalidade pública causa estragos incalculáveis. Empresas como as de água e energia, originalmente públicas, passaram a vender suas ações a entes privados, abrindo espaço para que os acionistas contratem trabalhadores terceirizados, provocando intensa rotatividade dos profissionais especializados. Essa forma de trabalho não estabelece comprometimento contínuo com o local e a atividade e inviabiliza estudos sequenciais e aprofundados. Em consequência a avaliação das dificuldades, o planejamento ao longo prazo e a propositura de soluções para problemas atuais e futuros fica prejudicada. Exemplo concreto é o da Sabesp, que com 49% de suas ações nas mãos de grupos privados, não conseguiu estabelecer ações que inviabilizassem a crise hídrica enfrentada pelo Estado de São Paulo. Mesmo com o serviço público de distribuição de água comprometido, os acionistas não permitiram investimentos em obras, provocando o colapso da água. Mas a crise não inviabilizou que continuassem a receber seus dividendos independentemente de a população ter ou não acesso à água.

Está evidente que a terceirização, por exemplo de engenheiros, que são trabalhadores que exercem atividades-fim em empresas públicas de saneamento, água e energia elétrica, deixará essas instituições vulneráveis ao descompromisso social da iniciativa privada e sem condições de atender com qualidade as necessidades da população, que novamente pagará a conta.

Esses e outros exemplos apontam que a terceirização diz respeito efetivamente a toda sociedade, pois seus impactos nocivos se espraiarão por todos os aspectos de nossas vidas. Isso sinaliza que o modelo proposto no Projeto de Lei 4330 não é adequado à chamada "modernização" das relações de trabalho, não condiz com mudanças positivas na estrutura sindical e não considera os interesses fundamentais da sociedade brasileira.

A Plataforma da Classe Trabalhadora e o protagonismo da CUT

A CUT tem assumido a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores. Na luta contra ao PL 4330 capitaneou as negociações do projeto desde 2004, quando apresentado à Câmara dos Deputados. Costurando acordos na mesa quadripartite formada por representantes dos trabalhadores, empresários, legislativo e do governo federal, instalada em 2013, elaborou uma proposta sobre a regulamentação da terceirização no Brasil.

Para além do PL da terceirização, a CUT tem assumido o protagonismo no enfrentamento dos grandes temas nacionais, como o da reforma política, passo fundamental para pavimentar o caminho para outras como a tributária e a agrária. E não perde de vista a urgência da democratização dos meios de comunicação.

Essas mudanças são determinantes para a consolidação de um projeto de desenvolvimento capaz de ampliar a capacidade do Estado em investir em infraestrutura e em políticas públicas, especialmente as de educação, saúde, mobilidade urbana, segurança e proteção social. Atua ainda para a garanta e ampliação dos direitos conquistados e para o fortalecimento dos processos de democracia direta e participativa.

A CUT não aceita retrocessos. Por isso, além das lutas imediatas, a intensificação da estratégia organizativa e de

lutas, construindo propostas e diretrizes para um projeto nacional de desenvolvimento é imperativa. A Plataforma da Classe Trabalhadora, lançada pela CUT em 2014, aponta ações fundamentais para construir um estado democrático com desenvolvimento sustentável, igualdade e inclusão social, e valorização do trabalho.

Conforme diz a apresentação do documento (que pode ser acessado aqui), "Convictos de que o pleno exercício da cidadania é essencial na formação da consciência crítica e da caminhada para uma nova sociedade, arregacemos novamente as mangas para mais uma árdua tarefa: disputar os rumos do Brasil".

1º de Maio: A luta continua e se fortalece

Em 1886, realizou-se uma manifestação de trabalhadores nas ruas de Chicago, com finalidade de reivindicar a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, pois já naquele tempo se trabalhava até doze horas por dia. Jornada próxima à realizada hoje pelos trabalhadores terceirizados. Esse ato teve a participação de milhares de pessoas e deu início uma greve geral nos Estados Unidos. Três dias depois ocorreram conflitos com a polícia que resultaram na morte de três manifestantes. Em 4 de maio uma nova manifestação foi organizada como protesto pelos acontecimentos dos dias anteriores. O lançamento de uma bomba por desconhecidos para o meio dos polícias que tentavam dispersar os manifestantes matou um agente. A polícia então abriu fogo sobre a multidão, matando dezenove e ferindo dezenas de manifestantes.

Três anos mais tarde, no dia 20 de junho de 1889, a segunda Internacional Socialista reunida em Paris decidiu convocar anualmente uma manifestação para lutar pelas 8 horas diárias de trabalho. A data escolhida foi o 1° de Maio, como homenagem às lutas sindicais de Chicago. Em 1° de maio de 1891 uma manifestação no norte de França é dispersada pela polícia e resulta na morte de dez pessoas. Esse novo drama serve para reforçar o dia como um dia de luta dos trabalhadores. Meses depois a Internacional Socialista de Bruxelas proclama 1° de Maio dia como o dia internacional de reivindicação po condições dignas de trabalho.

Passados 129 anos do primeiro embate, a exploração capitalista se repete e se renova com o nome de reestruturação produtiva. Este tipo de organização do trabalho é pai da terceirização, do aprofundamento da exploração e da desqualificação dos serviços públicos. O modelo de sociedade em que estamos inseridos está organizado para fazer girar a engrenagem da economia e do lucro, atropelando, adoecendo e matando pessoas.

As reivindicações da luta daqueles trabalhadores do século XIX, por incrível que possa parecer, ainda persistem. Exigem maior comprometimento e solidariedade de classe, especialmente a partir da aprovação do Projeto da Terceirização. Mais do que nunca nosso papel de sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores, a CUT, é o de coordenar a resistência. A discriminação nos locais de trabalho e a diferenciação de tratamento, de salários e de benefícios, isolam pessoas de uma mesma classe, rompem os laços que os podem unificar. Estimula a acomodação e o desânimo, desencorajando trabalhadoras e trabalhadores para a luta por vida digna.

E cabe perguntar: A sociedade brasileira está disposta a lutar para que se cumpram os preceitos da "Constituição Cidadã" de 1988 que determina "construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"? Ou os interesses econômicos particulares, as conveniências político-partidárias e as lógicas corporativas continuarão ditando nossos comportamentos e nos isolando mutuamente?

As respostas precisam ser imediatas e levando em consideração o que Kafka nos ensina: "A solidariedade é o sentimento que melhor expressa o respeito pela dignidade humana". A consciência de classe é o que nos agrega, fortalece nossas lutas e nos faz avançar. Este 1° de Maio nos chama às ruas para construir a resistência e fortalecer a luta contra a terceirização e todas as outras formas de exploração. Mais que isso, a unificação da classe trabalhadora é imprescindível para ampliar direitos e conquistas para todas e todos.

* Jacy Afonso é secretário nacional de Organização da CUT

Fonte: Brasil 247

Trabalhador, parabéns pelo seu dia

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Aníbal Bispo

site: www.cntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF